

OS SEPULTAMENTOS SECUNDÁRIOS DOS JUDEUS E OS OSSUÁRIOS JUDAICOS: UM BREVE DEBATE SOBRE CONTINUIDADES E RUPTURAS DOS PADRÕES FUNERÁRIOS NA REGIÃO DA JUDEIA

*SECONDARY BURIALS OF JEWS AND JEWISH OSSUARIES: A BRIEF DEBATE ON
CONTINUITIES AND RUPTURES IN FUNERARY PATTERNS IN THE JUDEA REGION*

Carolina Mattoso¹
Vagner Carneiro Porto²

Resumo

Este artigo pretende, antes de tudo, apresentar ao público acadêmico e estudantil brasileiro um tema muito pouco abordado em nosso país: o sepultamento secundário de judeus na antiga região da Judeia. Objetiva também trazer luz à discussão existente sobre o uso de ossuários como modo de sepultamento secundário acentuadamente de período Herodiano. Com isso, buscamos entender como a utilização destes se relaciona com um contexto cultural mais amplo, tanto em relação às possíveis influências vindas de interações com os romanos, mas também com o próprio passado judaico. A partir deste questionamento buscamos analisar algumas perspectivas utilizadas para justificar a utilização de ossuários, assim como a prática do sepultamento secundário.

Palavras-chave: ossuários judaicos; cultura judaica; período Herodiano; Judeia

Abstract

This article aims, first of all, to present to the Brazilian academic and student public a topic that is rarely addressed in our country: the secondary burial of Jews in the ancient region of Judea. It also aims to shed light on the existing discussion on the use of ossuaries as a way of secondary burial markedly from the Herodian period. With this, we seek to understand how their use is related to a broader cultural context, both in relation to the possible influences coming from interactions with the Romans, but also with the Jewish past itself. From this questioning we seek to analyze some perspectives used to justify the use of ossuaries, as well as the practice of secondary burial.

Keywords: Jewish ossuaries; Jewish culture; Herodian period; Judea

Introdução

Antes de entrar na temática deste artigo: histórico da utilização dos ossuários judaicos culminando com sua mais pujante utilização no período Herodiano, entendemos ser importante apresentar, mesmo que brevemente, as formas de nomenclatura para a região, considerando-se o período Herodiano e o período de dominação romana.

A província romana da Judeia, às vezes escrita em suas formas latinas originais *Judæa* ou *Judaea*, para distinguir da grafia comumente usada para esta região geográfica, incorporava as regiões da Judeia, Samaria e Idumeia, e se estendeu por partes das antigas regiões dos reinos Hasmoneus³ e Herodianos. Foi nomeada após a Tetrarquia⁴ da Judeia de Herodes Arquelau, mas a província romana abrangia um território muito maior. Em termos cronológicos, podemos situar a província *Judaea* entre 6 EC a 135 EC.

Segundo o historiador Flávio Josefo, imediatamente após a deposição de Herodes Arquelau, a Judeia foi transformada em uma província romana, período durante o qual o procurador romano recebeu autoridade para punir com execução os opositores. A população em geral também começou a ser tributada por Roma (*War* 2.8.1). A província *Judaea* foi palco de inquietação na sua fundação em 6 EC, durante o Censo de Quirinius, a crucificação de Jesus por volta de 30-33 EC, e várias guerras, conhecidas como guerras judaico-romanas, foram travadas durante sua existência. O Segundo Templo de Jerusalém foi destruído pelos romanos em 70 EC, perto do final da Primeira Guerra Judaico-Romana, e o *Fiscus Judaicus* foi instituído. Após a revolta de Bar Kokhba (132–135 EC), o imperador romano Adriano mudou o nome da província para *Syria-Palaestina* e o nome da cidade de Jerusalém para Aelia Capitolina. Alguns estudiosos concluem que foi uma tentativa de desconectar o povo judeu de seu território (LEWIN, 2005, p. 33).

A agora chamada Síria-Palestina – província do Império Romano entre 135 EC e 390 EC⁵ – é resultado de uma fusão da Síria romana e da Judeia romana, após a

derrota da revolta de Bar Kokhba em 135 EC. Logo após 193 EC, as regiões foram divididas em Celessíria (*Síria Coele*) no norte, e Fenícia ao sul, e a província novamente se reduziu ao território da antiga Judeia.

A evidência numismática mais antiga do nome *Síria Palaestina* vem do período do imperador Marco Aurélio, embora o nome tenha sido registrado em uso na literatura histórica grega clássica desde pelo menos o século V AEC.

A presença romana na região promoveu interferências políticas, econômicas, religiosas e culturais, que foram interpretadas pelos próprios romanos como algo positivo e edificante, enquanto que para os povos aliados que ali viviam, esta presença foi vista, muitas vezes, como uma intromissão deveras arbitrária.

Os imperadores romanos procuravam de muitas maneiras incentivar os reis clientes locais, seja fortalecendo seu poder político, seja elevando seu estatuto jurídico-administrativo, seja, ainda, abrandando-lhes as cobranças de impostos. Roma incentivava a continuidade da cultura grega na região, pois via a cultura greco-romana⁶ como um meio para unir os povos subjugados de várias origens, cultos e religiões em uma estrutura uniforme. A pólis (*πόλις*) ali existente também se transformou em uma eficiente ferramenta administrativa e muitas *poleis* (*πόλεις*) novas foram fundadas em todos os estados helenísticos durante o Império Romano. Élio Aristides, em seu *Elogio de Roma* (§ 92 ss.) escrito por volta de 150 EC vê a diferença principal do Império Persa para o Império Romano pelo grande número de *poleis* nas costas e no interior deste último. No início do século II EC, seu colega Dião Crisóstomo conta que, entre as atividades fundamentais de um soberano romano, uma delas era fundar *poleis* (Dião Crisóstomo *Oratio*, III, 127). A conquista da bacia Oriental do Mar Mediterrâneo levou os romanos a terras, que em sua maioria, eram repletas de uma densa rede de *poleis*. A época helenística havia preparado, por assim dizer, o terreno para a administração provincial pretendida pelos romanos.

1. Entendendo os ossuários nos sepultamentos judaicos de período Herodiano

O período tardio do Segundo Tempo⁷ foi intrigante e ao mesmo tempo conturbado. A região da Judeia, que já tinha algum contato com Roma, foi definitivamente ligada a ela. Quando o general Pompeu anexou, em 63 AEC., o reino Hasmoneu e o desmembrou, Roma apontou Hircano II como sumo sacerdote em controle das regiões com alta concentração de judeus. Antípater recebeu a cidadania romana e foi nomeado prefeito ou pró-consul da Judeia, enquanto seus dois filhos Fasael e Herodes foram nomeados respectivamente estrategos de Jerusalém e da Galileia (PORTO, 2007, p. 53). Entretanto, as intrigas na Judeia continuaram: Antípater foi envenenado em 43 AEC. pelo copeiro de Hircano II. Em 41 AEC, Antônio nomeou Herodes e Fasael etnarcas, enquanto Hircano II permaneceu apenas como sumo sacerdote (JOSEFO, *War II*, 501-507).

Em 40 AEC, o reino Hasmoneu foi restabelecido causando a fuga de Herodes. Após declarar sua lealdade à Roma, Herodes foi nomeado “Rei da Judeia”, retomando o controle da região (MAGNESS, 2012, p. 96). Durante o reinado de Herodes, toda a região que estava sob seu controle foi profundamente transformada de forma visível e duradoura com a criação de uma rica cultura material em forma de construções, mosaicos, gravuras, entre outros. Os rituais funerários e a cultura material através deles produzida também possui características únicas deste período, de especial interesse para este artigo são os ossuários.

Durante o período Herodiano, houve um pico na utilização de ossuários em sepultamentos identificados como judaicos e há uma ampla discussão sobre a causa da utilização desta forma de recipiente assim como a cessação do seu uso. Ao apresentar esta discussão Magness expõe os argumentos do arqueólogo israelense Levi Yitzhak Rahmani, que conecta o uso dos ossuários com a crença na ressurreição dos mortos, teoria que ela rejeita, atribuindo seu uso à uma forma de interação cultural com costumes romanos, que teriam influenciado a elite de Jerusalém (MAGNESS, 2012, p. 240-242). Este artigo argumenta sobre a necessidade de olhar o contexto judaico de

forma mais ampla, observando as continuidades e rupturas dos padrões funerários, para assim entender este fenômeno. Para isso, é importante olhar para a cultura material associada aos sepultamentos e apreender, a partir da sua ocorrência, possíveis padrões e quiçá possíveis significados. Apesar de alguns autores focarem, por diversos motivos, na ocorrência de ossuários como um fenômeno majoritariamente relacionado ao período Herodiano, acreditamos ser fundamental não olhar esta prática como algo isolado no tempo de Herodes e não tentar entendê-la como um fenômeno temporalmente isolado.

2. A prática judaica do *ossilegium*

A prática de enterrar os ossos novamente tem raízes profundas na história judaica. Talvez o precedente mais notável tenha sido estabelecido por José na Bíblia quando ele ordenou a seus descendentes que removessem seus restos mortais de seu túmulo no Egito para reenterrá-los na Terra Santa (SEGAL, 2002, p. 10-11).

Existem muitas evidências arqueológicas dos tempos bíblicos de sepultamentos secundários em ossuários individuais, familiares ou coletivos (REGEV, 2004, p. 121-124). No entanto, a prática parece ter desfrutado de sua maior popularidade em Jerusalém e seus arredores, entre o período Herodiano (tendo seu pico por volta de 20 AEC) até a destruição total da cidade no segundo século. Por algum tempo depois desse evento, o uso de ossuários judeus se espalhou para outros cantos de Israel.

Embora variem consideravelmente em suas formas físicas, certos motivos são comuns nesses caixões. Padrões arquitetônicos na forma de casas triangulares foram explicados de várias maneiras como expressando a ideia de uma "casa final" para os que partiram, um portal para o outro mundo ou uma homenagem ao sagrado Templo de Jerusalém. O caixão de madeira (figura a seguir), que foi encontrado em Nahal David, no deserto da Judeia, é um bom exemplo dessas construções que possuem este formato. Segundo Eric M. Meyers, a parte superior possui características que poderiam

ter inspirado a futura produção dos ossuários feitos em pedra calcária (MEYERS, 1970, p. 25)

Figura 1: Caixa de madeira encontrado em Nahal David



Fonte: (MEYERS, 1970, p. 25)

A *menorah* de sete braços, indiscutivelmente o símbolo mais difundido e identificável do Judaísmo, aparece em muitos ossuários. Um padrão floral de pétalas conhecido como "roseta" é particularmente comum (ver figura abaixo), embora seu simbolismo (se não for meramente decorativo) não seja óbvio (SEGAL, 2002, p. 10-11).

Fig. 2 – Ossuário judeu com decoração em padrão roseta. descoberto em Jerusalém (I AEC a I CE).



Fonte: Fotografado no Louvre, Paris. Foto: Chaberi. Domínio Público. Disponível em <https://cutt.ly/zhTqQ2z>. Acesso em 10 de novembro de 2020.

A prática do *ossilegium* é extensamente discutida na literatura talmúdica, onde é referida em hebraico como *liqut asamot*, coleta de ossos. Os ossuários são frequentemente identificados pelo termo grego "glossokomon" (que aparece em hebraico como *gluskema* ou *dluskema*), ou pela palavra bíblica *aron*.

O *ossilegium* era um processo de duas partes. No enterro primário, o corpo do falecido era colocado em um nicho ou em um banco em uma tumba. O sepultamento secundário ocorria um ano depois, após a decomposição do tecido mole. Os membros da família coletavam os ossos e os colocavam em um ossuário, que é um recipiente para guardar os ossos dos mortos. O ossuário era então colocado permanentemente em um nicho no túmulo da família. Os ossuários não eram caixões, e um único ossuário podia ser usado para os ossos de mais de um indivíduo (MUSEUM OF ART AND ARCHAEOLOGY, s/d).

A prática do *ossilegium* entre os judeus é histórica, literária e arqueologicamente verificada entre os judeus de Jerusalém, principalmente no século I AEC. O costume continuou sendo observado fora de Jerusalém até meados do século III EC. *Ossilegium*

foi um importante evento familiar e um ato religioso. Os judeus acreditavam na vida após a morte e na ressurreição. A decomposição da carne, assim, purificava a alma do falecido, uma necessidade para a ressurreição. Acredita-se que a decoração do ossuário simbolizava a imortalidade da alma e a vida eterna. Como vimos linhas acima, os desenhos mais comuns incluíam duas rosetas flanqueando um motivo central e, frequentemente, um lírio (um símbolo de ressurreição), mas outras plantas e bordas em ziguezague são conhecidas. Os ossuários eram geralmente feitos de calcário e alguns eram pintados de vermelho ou amarelo e tinham inscrições com os nomes dos mortos (MUSEUM OF ART AND ARCHAEOLOGY, s/d).

Uma passagem do Talmud de Jerusalém (2001) resume sucintamente as etapas do processo e seu impacto psicológico ambivalente sobre os membros da família do morto: "No início, eles costumavam enterrar pessoas em valas. Depois que a carne se decompunha, os ossos eram coletados e depositados em baús. E, naquele dia, o filho choraria; mas, no dia seguinte, ele se alegrava porque seus pais haviam encontrado descanso do julgamento" (SEGAL, 2002, p. 10-11).

Como podemos apreender com a tradição acima, o dia em que as pessoas reuniam os ossos de seus pais para o enterro combinava elementos contraditórios de luto e exaltação, em reconhecimento de que o falecido doravante desfrutaria de um repouso final. A esse respeito, o ritual é uma reminiscência da complexidade emocional evocada pelo costume judaico de observar o *yahrzeit*⁸ como uma mistura de celebração e tristeza por um ente querido que partiu (SEGAL, 2002, p. 10-11).

Os historiadores não estão de acordo sobre como ou porque o uso de ossuários se tornou tão popular entre os judeus. É possível que a prática fosse ditada pela escassez de terras disponíveis para cemitérios convencionais dentro das estreitas fronteiras de Israel.

Eliezer Segal afirma que alguns autores apontaram que o antigo ideal hebraico de passar a eternidade no seio da família, expresso no idioma bíblico de "dormir com os

ancestrais", encorajou a criação de mausoléus familiares que eram mais convenientemente (de acordo com a realidade da geologia israelense) situados em cavernas nas quais os ossos do falecido teriam que ser realocados (SEGAL, 2002, p. 10-11).

3. Histórico dos ossuários em deposição secundária na região da Judeia

Apesar de que grande parte da literatura sobre o tema insista em situar a prática do *ossilegium* dentro do período Herodiano, acreditamos ser necessário fazer um recuo até o período calcolítico⁹ quando é possível encontrar os primeiros ossuários na região. Para isso, o trabalho detalhado de Meyers (1970) sobre as diferentes formas de sepultamento secundário na antiga região da Judeia é essencial.

As regiões de Hederah, Benei Beraq, Givatayim, Azor, Ben Shemen, e Tel Aviv já apresentavam neste período um considerável número de ossuários sendo usados para sepultamento secundário, alguns tinham o formato de uma casa e outros de animais. Estes primeiros ossuários eram individuais, ou seja, neles foram encontrados os ossos de apenas um indivíduo, uma característica que não será padrão, como demonstraremos de forma mais aprofundada mais adiante. No entanto, é importante notar que esta não era a única forma de sepultamento secundário em uso durante o período calcolítico (NATIV; GOPHER, 2011, p. 230-234) e que mesmo nos locais em que era utilizada, também foram encontrados ossos que não estavam em nenhum recipiente, mas estavam apenas aglomerados perto de ossuários (MEYERS, 1970, p. 5-6). Diferentes formas de sepultamento secundário continuaram em uso durante toda a Idade do Bronze¹⁰, mas, neste ponto, os sepultamentos passaram a ser coletivos sendo que a preservação de todos os ossos nem sempre era observada, em especial, observa-se a frequente ausência dos ossos longos.

Essa prática, atestada em dezenas de sítios arqueológicos datados na Idade do Bronze¹¹, continua durante a Idade do Ferro¹² com diversas inovações. Duas são de especial relevância, o uso da mesma câmara para os sepultamentos primário e secundário, e o aparecimento de ossuários utilizados para o abrigo dos ossos de vários indivíduos. É também durante este período que algumas características começam a aparecer em túmulos na região da Judeia, como uma câmara para os ossos, repositórios e uma depressão no centro do mausoléu, características essas diretamente ligadas à prática de sepultamento secundário e que estaria presente em demais períodos (MEYERS, 1970, p. 10-12). O sepultamento familiar seria uma característica duradoura, assim como a ocorrência de repositórios para ossos nos mausoléus, que após uma lacuna entre o final do período do primeiro templo e o segundo templo tardio se tornaria altamente comum (MAGNESS, 2012, p. 231-232).

É importante entender que a utilização de ossuários é uma forma, dentre várias, de armazenar os ossos dentro da prática de sepultamento secundário. O sepultamento secundário é observado arqueologicamente na Judeia desde o século XXII AEC. Observam-se diferentes formas de depósito dos ossos, estas sendo praticadas de formas sincrônicas, sucessivas e imbricadas (BLOCH-SMITH, 1992, p. 36-37)¹³. O sepultamento secundário era praticado utilizando ossuários e depósitos de mausoléus, como previamente discutido, mas também era feito com a utilização de jarras e pequenos caixões (*bathtub coffins*) (BLOCH-SMITH, 1992, p. 32, 36).

Ainda é possível observar nestas práticas a diferença entre sepultamentos individuais e coletivos, a preservação de todos os ossos ou de apenas uma seleção, ou até mesmo a separação e destaque do crânio no momento do sepultamento secundário (MEYERS, 1970, p. 6-7). Estas observações são importantes, pois quando olhamos para o pico de uso dos ossuários durante o período Herodiano torna-se necessário o entendimento de que tanto os ossuários como a prática de sepultamento secundário de forma mais ampla, não eram práticas desconhecidas daqueles que habitavam a região.

Neste sentido, – e este é o ponto crucial de nossa argumentação – sugerimos que o aumento do uso de ossuários durante o período Herodiano não se sustenta apenas em uma convicção religiosa ou em uma influência cultural romana. Este artigo objetiva levantar um questionamento sobre como determinadas visões da fé judaica sobre a morte e o pós-vida, em meio a cada vez mais veemente e influente presença romana na Judeia, puderam estimular um certo retorno às práticas já realizadas na região há muito tempo. De igual modo, acreditamos que este diálogo não possua uma fórmula exata segundo a qual todos os ossuários fossem utilizados em sepultamentos secundários. Ou seja, é necessário pensar que nem sempre eram os mesmos motivos que levavam alguns grupos ou indivíduos judeus à optar pelo uso do ossuário; e que as crenças e ou objetivos que formavam parte desta decisão (que poderia ou não ser uma decisão tomada de forma consciente), estavam em constante diálogo com o seu contexto específico e eram possibilitadas e facilitadas por elementos que já eram culturalmente presentes. É possível pensar essa relação entre a cultura material e a identidade cultural de forma fluida, de acordo com Jones: "É improvável que as significações éticas de vários aspectos da cultura material, seja ela romana ou não, tenham sido fixas; antes elas ativamente constituíram e foram constituídas pela negociação da identidade de grupo de diferentes pessoas em diferentes contextos sociais." (JONES, 1997, p. 130, *tradução nossa*).

A partir desta premissa, destacamos algumas localidades nas quais expedições arqueológicas encontraram ossuários que são relevantes para esta análise, seja pela sua datação, seja por suas características. Em Rabat Rahel, há uma estrutura funerária onde coexistiram ossuários Herodianos, assim como *kokhim*¹⁴ com sepultamentos secundários pertencente à uma fase anterior. Em Jerusalém, na tumba Mahanayim, assim como na de Rehov Ruppim, é possível encontrar conjuntos de esqueletos agrupados, tanto em ossuários como fora deles, já em Nahal David há um repositório com sete crânios (MEYERS, 1970, p. 20-21, 24). Ossuários deste período ainda estão presentes em Ben Shemen, Qiryat Tiv'on, Jerusalém, entre outros, muitos contendo os

ossos de vários indivíduos dentro do mesmo recipiente (VITTO, 2011). Percebem-se diversas variações nas formas em que os ossuários são utilizados e para tentar entendê-las um pouco é preciso olhar para aqueles diretamente envolvidos com estas práticas. J. Davies introduz de forma clara a essência da perspectiva judaica em relação aos mortos, o que será primordial para entender o modo com o qual eles eram tratados. Sobre o aspecto impuro dos mortos e como deveriam ser tratados, Davies afirma:

Cadáveres não são a única fonte de impureza, mas eles têm uma grande importância dentro deste conceito. Conforme as normas de sepultamento evoluíram, elas se tornaram a elaboração de regras para um comportamento meticuloso, projetadas para proteger os vivos da contaminação ao mesmo tempo em que carregavam sérias obrigações para que todos os judeus participem em procedimentos funerários. Até onde sabemos, não foi até a Era Comum que surgiu a liturgia judaica (assim como a entendemos) e sem ela tampouco existia o serviço funerário (DAVIES, 1999, p. 96, *tradução nossa*).

Ou seja, a unidade do pensamento sob o qual se baseavam as práticas não necessariamente existia, por isso, acreditamos ser importante olhar para diferentes fatores que poderiam fazer parte das causas de determinadas práticas funerárias.

Alguns autores procuram, no entanto, olhar para aspectos específicos tanto da utilização de ossuários como das práticas funerárias relacionadas para entender quais fatores religiosos poderiam ser determinantes em relação ao modo de enterramento. Oren Tal (2003, p. 291, 300-303) relaciona diretamente o sepultamento secundário familiar com a crença na ressurreição física, para ele, enterramentos individuais e primários demonstram a crença na mortalidade do corpo físico, mas, a prática de sepultamento secundário familiar, em que é possível encontrar objetos relacionados à uma possível vida pós-morte, estaria profundamente ligada à ressurreição.

O argumento de Tal dialoga com a crença de que os mortos ainda estão com os vivos e, portanto, fazem parte de suas vidas de uma certa forma. Segundo este pensamento eles não estão totalmente mortos em um sentido onde não resta mais

nada nos ossos, mas estes ainda carregam alguma vida, pelo menos em algum sentido, o que torna possível, por exemplo, a história bíblica de Ezequiel, na qual os ossos secos voltam a vida (EVANS, 2003, p. 65). A crença na ressurreição é atestada durante este período até mesmo em epitáfios (EVANS, 2003, p. 28) e apesar de ser muito debatida, ela pode, juntamente com outros fatores, atestar para a importância da prática do *ossilegium*.

Considerações Finais

Os argumentos aqui apresentados não pretendem negar a influência romana sobre as práticas funerárias judaicas, ao contrário, as interações culturais estão claramente presentes na região da Judeia não apenas do período Herodiano, mas ainda de forma mais incisiva com o passar dos séculos. Steven Fine argumenta que, de fato, a história da morte dentro do judaísmo só pode ser vista dentro do contexto mais amplo que inclui o universo mediterrânico, sendo que a própria utilização de ossuários foi facilitada pelo uso destes dentro do Mediterrâneo como um todo (FINE, 2010, p. 2, 13).

No entanto, este breve artigo que não busca trazer respostas, mas levantar alguns questionamentos. Buscamos trazer à baila, para o leitor brasileiro, um pouco da complexidade destas interações. A tomada do poder por Herodes, após um período muito turbulento, e as revoltas judaicas contra Roma que sucederam seu reinado deixaram marcas profundas em todos os aspectos da vida na Judeia. A influência romana não foi exercida de forma unilateral e não foi aceita de modo integral e estático, mas as práticas romanas foram entendidas de acordo com as crenças e práticas locais. Davies defende esta concepção da interação entre diferentes culturas ao afirmar que "Guerras e conflito, tanto nos séculos romanos como no nosso próprio tempo, não acrescentam simplesmente algo novo para uma cultura pacífica comum. Mas eles revelam padrões de poder e violência pré-existentes dentro daquela cultura

'comum' e as transformam em uma nova síntese da vida e da morte" (DAVIES, 1999, p. 115-116, *tradução nossa*).

Por fim, podemos questionar visões dicotômicas que separam certas práticas como judaicas ou romanas e que entendem os comportamentos e a cultura material deles advindos, como questões que possuem uma resposta dentro de uma ideia elementar do que seriam as práticas judaicas e as influências nela exercidas pelos romanos. Em concordância com o pensamento de Revell (REVELL, 2009, p. 37-38), este artigo defende que os termos 'romano' e 'nativo' não devem ser vistos como oposições pré-concebidas, mas como conceitos sujeitos à agência dos indivíduos e de sua materialidade que habitavam estes mundos.

Referências Bibliográficas

Fontes

DIO CHRYSOSTOM. **Discourses 1-11**. Trans. J. W. Cohoon Harvard University Press, Loeb Classical Library, 1932.

ELIO ARISTIDE. **A Roma**. F. Fontanella (Editor). Roma: Scuola Normale Superiore, 2007.

FLAVIUS JOSEPHUS. **The Jewish war**. Translation H. St. Thackeray. Harvard University, London, 1997.

Bibliografia

BEN-SASSON, H. H. **A History of the Jewish People**, Harvard University Press, 1976.

BLOCH-SMITH, E. **Judahite Burial Practices and Beliefs about the Dead**. Sheffield, UK: Sheffield Academic, 1992.

DAVIES, J. **Death, Burial and Rebirth in the Religious of Antiquity**. London: Routledge, 1999.

EVANS, C. A. **Jesus and the Ossuaries: What Jewish Burial Practices Reveal about the Beginning of Christianity.** Texas: Baylor University Press, 2003.

FINE, S. Death, Burial and Afterlife. In: Hezser, C. (ed.) **The Oxford Handbook of Jewish Daily Life in Roman Palestine**, 2010.

JIMÉNEZ, A. Reproducing difference: mimesis and colonialism in Roman Hispania. In: Knapp; Van Dommelen. **Material connections: mobility, materiality and Mediterranean identities.** Routledge, New York, 2010, pp. 38-63.

JONES, S. **The Archaeology of Ethnicity. Constructing identities in the past and present.** London and New York: Routledge, 1997.

LEHMANN, Clayton Miles **Syria Palaestina and the Tetrarchy.** The On-line Encyclopedia of the Roman Provinces. University of South Dakota, 1998. Disponível em <http://www.usd.edu/~clehmann/erp/Palestine/history.htm>. Consultado em 2 de abril de 2020.

LEWIN, A. **The archaeology of Ancient Judea and Palestine.** Getty Publications, 2005.

LUCAS, G. Archaeology and contemporaneity. **Archaeological Dialogues** (22), 1, Cambridge University Press, 2015, pp. 1-15.

MAGNESS, J. **The archaeology of the Holy Land; From the Destruction of Solomon's Temple to the Muslim Conquest.** Cambridge: Cambridge University Press, 2012.

MEYERS, E. M. Secondary Burials in Palestine. **The Biblical Archaeologist.** Vol. XXXIII, 1970, pp. 2- 29.

MUSEUM OF ART AND ARCHAEOLOGY. **Atonement for the Afterlife: The Jewish Practice of Ossilegium.** University of Missouri. Disponível em: <https://maa.missouri.edu/gallery/atonement-afterlife-jewish-practice-ossilegium>. Acesso em 10 de novembro de 2020.

NATIV, A.; GOPHER, A. The Cemetery as a Symbol: a Reconsideration of Chalcolithic Burial Caves in the Southern Levant. **Cambridge Archaeological Journal**, vol 21 issue 02, 2011, pp. 229-245.

OLIVEIRA, Gabriela R. Marques de. Fortes Herodianos: reflexos de práticas políticas na Paisagem. **Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia** da Universidade de São

Paulo, 31, 2019, pp. 139-150.

PORTO, V. C. **Imagens Monetárias Na Judéia/Palestina Sob Dominação Romana**. Tese de Doutorado. Museu de Arqueologia e Etnologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

REGEV, E. Family Burial, Family Structure, and the Urbanization of Herodian Jerusalem. **Palestine Exploration Quarterly**, 136, 2, p. 109-131, 2004.

REVELL, L. Roman Imperialism and Local Identities. Cambridge University Press, 2009.

SEGAL, Eliezer. **Bare-Bones Burials**. The Jewish Free Press, Calgary, 19, 2002, pp. 10-11. Disponível em: https://people.ucalgary.ca/~elsegal/Shokel/021219_Ossuaries.html#fn0. Acesso: 10 de novembro de 2020.

STOCKHAMMER, P. W. **Conceptualizing cultural hybridization: a transdisciplinary approach**. Springer-Verlag Berlin Heidelberg, Heidelberg, 2012.

TAL, O. On the Origin and Concept of the Loculi Tombs of Hellenistic Palestine. In.: **Ancient West & East**. Volume 2, no. 2., 2003, pp. 288-307.

VITTO, F.; פאני ויטו. A Roman-Period Burial Cave on Ha-Horesh Street, Qiryat Tiv'on. Israel Antiquities Authority. **Atiqot** 65, p. 27- 61, 2011.

WEBSTER, J. Creolizing the Roman provinces. **American Journal of Archaeology**, 105, 2001, pp. 209-225.

¹ Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Arqueologia do Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo. Integrante do Laboratório de Arqueologia Romana Provincial ((LARP; www.larp.mae.usp.br). <mattosouni@gmail.com>

² Professor de Arqueologia Mediterrânica do Programa de Pós-Graduação em Arqueologia do Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo. Co-coordenador do Laboratório de Arqueologia Romana Provincial (LARP; www.larp.mae.usp.br). <vagnerporto@usp.br>

³ No Brasil, encontramos variadas grafias para designar o grupo dos Hasmoneus. Na língua portuguesa, o termo que prevalece é "Asmoneu", sem o "h", por conta da herança do latim. Todavia, optamos por manter a grafia derivada da língua inglesa (Hasmonean) por se fundamentar no termo hebraico "Hashmonaim", que mais se aproxima da possível origem do nome – o que justifica nossa escolha pela grafia com o "h". A respeito da origem do termo, existem diferentes interpretações. Uma delas se baseia no nome de Asmon (Hashmon, em hebraico), ancestral de Matatias Macabeu. Outra defende que o nome pode ter se baseado na Vila de Hesbon (Heshbon), esta pode ser localizada no livro de Josué 15:27 (Oliveira, 2019, p. 139).

⁴ A Tetrarquia Herodiana foi formada após a morte de Herodes, o Grande, em 4 AEC., quando seu reino foi dividido entre seus filhos Herodes Arquelau como etnarca, Herodes Antipas e Filipe como tetrarcas, enquanto a irmã de Herodes, Salomé, brevemente governou a toparquia de Jamnia. Após a deposição

de Herodes Arquelau em 6 EC., seus territórios (Judeia, Samaria e Idumeia) foram transformados em uma província romana (Ben-Sasson, 1976, p. 246). Com a morte de Salomé I, em 10 EC., seu domínio também foi incorporado à província. No entanto, outras partes da tetrarquia herodiana continuaram a funcionar sob os reis herodianos. Assim, Filipe, o Tetrarca, governou a Bataneia, Traconítides e Auranítide até 34 EC. (seus domínios mais tarde foram incorporados à província da Síria), enquanto Herodes Antipas governou a Galileia e a Pereia até 39 EC. O último governante notável herodiano com algum nível de independência foi Agripa I, a quem foi concedida a província da *Judaea*, embora, com sua morte em 44 EC., o status provincial da *Judaea* tenha sido restaurado para sempre.

⁵ Lehmann, Clayton Miles (1998). Disponível em <http://www.usd.edu/~clehmann/erp/Palestine/history.htm>. Subtítulo: "*Syria Palaestina* and the Tetrarchy". The On-line Encyclopedia of the Roman Provinces. University of South Dakota. Consultado em 2 de abril de 2020.

⁶ A expressão "greco-romano" é consagrada na literatura histórica há pelo menos um século, por isso a empregamos. De todo modo, se faz necessário explanar sobre como o termo vem sendo repensado. Atualmente, e cada vez mais, seu emprego tem sido questionado pela literatura, levando-se em conta a realidade plural dos povos que o termo busca abarcar. A Arqueologia, principalmente a partir do século XXI, tem buscado tratar das interações culturais de tais povos como sendo multiformes e heterogêneas. A ideia de continuidade cultural grega no universo romano e de uma hegemonia grega ou romana dentro da esfera cultural do Mediterrâneo, tem sido cada vez mais colocada em cheque. Assim, diversos autores contemporâneos têm buscado interpretar essas relações sob óticas mais flexíveis e diversificadas. Como exemplo, podemos citar o conceito de "creolização" defendido por Jane Webster (2001), no qual não haveria a substituição de uma cultura por outra, mas uma mistura de culturas, dentro de um contexto social heterogêneo. Há também a ideia de "mímesis", apresentada por Alicia Jiménez (2010), que abarca as relações de Roma e suas províncias. Temos também o termo "emaranhamento", utilizado por Philipp Stockhammer (2012) para designar os resultados gerados por encontros interculturais. Esses são apenas alguns dos muitos autores que tentam tratar as questões do mundo "greco-romano" dentro de sua real diversidade espacial, temporal e cultural, para além do que esse termo deixa entrever (Oliveira, 2019, p. 139).

⁷ A cronologia do Israel Antigo muitas vezes aparece na literatura tomando como parâmetro as fases de construção, reconstrução e vivência junto ao importante templo judaico. Neste sentido, o período correspondente ao Primeiro Templo vai desde a construção do Templo por Salomão no século X AEC até a sua destruição por Nabucodonosor II, da Babilônia, em 586 AEC. E o período correspondente ao Segundo Templo vai desde a libertação e regresso dos judeus do cativeiro da Babilônia, em 516 AEC, até a destruição do Templo pelos romanos em 70 EC, a propósito da Primeira Guerra dos judeus contra os romanos (Porto, 2007, p. 74).

⁸ Na cultura judaica, *Yahrtzeit* é uma palavra usada por judeus de língua iídiche e se refere ao aniversário, de acordo com o calendário hebraico, do dia da morte de um ente querido. *Yahrtzeit* significa literalmente "época de [um] ano". No aniversário da morte, é costume acender uma vela para comemorar a partida de um ente querido. Essas luzes são chamadas de *yahrtzeitlicht* ou vela *yahrtzeit*. Fonte: <https://cutt.ly/DhTeUxQ>. Acesso em 07 de novembro de 2020.

⁹ Idade do Cobre, ou Calcolítico é um dos períodos da proto-história, situado cronologicamente entre o Neolítico e a Idade do Bronze (aproximadamente 3300 a 1200 AEC.). O termo também pode ser utilizado para denominar algumas sociedades que apresentaram manifestações culturais diferenciadas durante este período. Fonte: <https://cutt.ly/chTxotH>. Acesso em 09 de outubro de 2020.

¹⁰ A Idade do Bronze é um período desenvolvimento cultural no qual ocorreu o surgimento desta liga metálica, resultante da mistura de cobre com estanho. Iniciou-se no Oriente Médio em torno de 3300 AEC. substituindo o Calcolítico, embora noutras regiões esta última idade seja desconhecida e a do bronze tenha substituído diretamente o período neolítico. Em termos cronológicos vai até cerca de 1200 AEC, quando tem início a idade do Ferro. Fonte: <https://cutt.ly/ZhTxDLz>. Acesso em 09 de outubro de 2020.

¹¹ Meyers, em seu artigo *Secondary Burials in Palestine* de 1970, faz uma rica descrição dos sítios nos quais a prática de sepultamento secundário pode ser atestada, incluindo localidades como: Ain es-Samiyeh, Jericó, Megiddo, Tell el-'Ajjul, el-Jib, Khirbet Kufin, Hablet el-'Amûd, Tiberias, el-Fûl, Ras el-'Ain, entre outros.

¹² A Idade do Ferro se refere ao período em que ocorreu a metalurgia do ferro. Este metal é superior ao bronze em relação à dureza e abundância de jazidas. A Idade do Ferro vem caracterizada pela utilização do ferro como metal, utilização importada do Oriente através da emigração de tribos indo-europeias, que a partir de 1 200 AEC começaram a chegar a Europa Ocidental.

¹³ Os conceitos de sincronia, sucessão e imbricamento são utilizados aqui segundo a lógica dos operadores de Allen, de acordo com o pensamento de G. Lucas, observados em seu texto *Archaeology and contemporaneity* de 2015. Lucas utiliza esta formulação para questionar o conceito de contemporaneidade e de continuidade da materialidade arqueológica; sua proposta consiste em pensar a temporalidade dos objetos na relação de uns com os outros e não apenas em uma unidade fixa de tempo. Desta forma, podemos pensar nas diferentes formas de sepultamento secundário não como uma sucessão obrigatória, mas como práticas que se relacionam temporalmente de forma muito mais complexa.

¹⁴ Um *kokh* (plural: *kokhim*, hebraico: קֹכֶן), em latim *loculus*, plural *loculi*, é um tipo de complexo de tumba caracterizado por uma série de fossos longos e estreitos, nos quais os mortos eram colocados para sepultamento, irradiando de uma câmara central. Esses complexos de tumbas eram geralmente esculpidos em uma face de rocha e geralmente fechados com uma laje de pedra e tinham canais cortados no centro do poço para drenar qualquer água que vazasse através da rocha. Um complexo *kokhim* sobrevive no extremo oeste da Igreja do Santo Sepulcro em Jerusalém. A parede da igreja atravessa o centro do complexo, o que significa que toda a área de entrada foi escavada pelos construtores de igrejas do século IV EC. Muitos mais túmulos *kokh* podem ser encontrados em todo o sopé da Judeia. Fonte: <https://cutt.ly/whTmLaW>. Acesso em 12 de outubro de 2020.